

A história do paisagismo no Brasil

(Texto do Dr. Harry Blossfeld, publicado nos Anais da Sociedade Brasileira de Floricultura e Plantas Ornamentais, Rio de Janeiro, 1983)

Para melhor compreender a história da utilização de plantas ornamentais no paisagismo brasileiro, é conveniente apresentar um resumo das condições de vida existentes no Brasil na época inicial dos esforços paisagísticos. Esse retrospecto permitirá explicar porque a evolução botânica da jardinagem e do paisagismo, aqui no Brasil, evoluiu por caminhos bem diversos do que na Europa, nos séculos XVII e XIX.

A mais antiga manifestação do paisagismo no Brasil ocorreu na primeira metade do século XVII em Pernambuco, por obra do Príncipe Mauricio de Nassau, durante a invasão holandesa daquele Estado nordestino. Fora de alguns desenhos pouco nítidos de autoria de Franz Post, não temos notícias detalhadas do paisagismo implantado pelos holandeses em Olinda e é certo, que já antes da expulsão dos holandeses, pouco ou nada sobrou desta iniciativa, exceto a dádiva notável de uma fabulosa quantidade de laranjeiras, tangerinas, limoeiros espalhados em todos os trajetos das campanhas de invasão.

A história documentada do paisagismo teve início com a chegada do príncipe regente Dom João VI e de sua corte ao Rio de Janeiro em 1808. Vieram como fugitivos da invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão, completamente despreparados para uma permanência longa. A família real e os membros da corte foram instalados nas melhores casas existentes nessa cidade, desapropriadas repentina e sumariamente. Os exilados, acostumados a morar em cidade com ruas bem calçadas e a viver em casas rodeadas de jardim e quintal, sentiram profundamente o impacto de uma cidade com ruas poeirentas e tortas, sob insuportável calor tropical, situada em faixa estreita de praias, entre a baía da Guanabara e os morros cobertos de mata, a praia ainda interrompida por trechos pantanosos e por rochedos formidáveis.

Compreende-se que logo após a normalização do problema de moradia, todos manifestaram o desejo de urbanizar a cidade. É curioso, e talvez caso único na história universal, que o JARDIM BOTÂNICO então já existente no Rio de Janeiro constituiu-se em célula mater desse empenho.

Com a denominação de HORTO REAL este jardim botânico foi fundado pelo mesmo príncipe D. João VI com o propósito inicial de uma plantação de árvores exóticas de espécies que, com seu lenho transformado em carvão, pudessem fornecer, matéria prima mais importante para uma fábrica de pólvora ali instalada. Além desta fábrica, havia uma floresta de Coração Negro (*Albizzia*

lebbek), Eucalipto (*E .gigantea*) , Cinamomo (*Melia azedarach*) e Carolina (*Adenantha pavonina*).

Após esta providência indispensável para a defesa, Dom João VI complementou o decreto da fundação, acrescentado uma segunda tarefa para seu "Horto Real" a fim de garantir a produção de materiais exportáveis do tipo que até ali tinha dado a maior renda para Portugal. Assim ordenou-se o envio de mudas da Caneleira de Ceilão (*Cinnamomum ceylanico*) do Horto Real de Belém do Pará, fundado em 1796 e a Canforeira (*Cinnamomum canphora*) foi obtida da Ilhas Canárias. O Craveiro da Índia foi introduzido por intermédio dos ingleses das Ilhas Molucas e o Chazeiro transportado de Macau, colônia portuguesa da China. Juntamente com as sementes do Chazeiro chegou ao Brasil um grupo de chineses que sabiam preparar o chá, mas que infelizmente, não sabiam cultivá-lo. Estes chineses trouxeram consigo uma coleção de mudas de plantas cujas flores aromáticas eram usadas para dar um perfume especial as folhas de chá durante o benefício. Estas mudas foram: Falsa murta (*Murraya exótica*), Gardenia (*G. jasminóides*), Aglaia (*A.odorata*), Jasmim do Imperador (*Osmanthus fragans*) e a Magnolia Amarela (*Michelia champaca*), todas estas até hoje apreciadas e freqüentes em jardins e parques públicos. Deve-se acrescentar, que o Chazeiro foi cultivado intensamente no Jardim Botânico do Rio de Janeiro e até hoje sobrevivem cultivos em Ouro Preto, MG e em Taubaté, SP.

Duas outras plantas do tipo industrial, tiveram, igualmente um período de florescente cultivo e aproveitamento: Foi a Bombonassa (*Carludovica palmata*), palmeirinha anã do Equador e do Peru Orientais, de cujas folhas novas se obtém a fibra para a fabricação dos chapéus de palha do Panamá ou do Chile. Na época do 19º império, e até a 1º guerra mundial era o chapéu da moda dos homens elegantes. Embora a planta ainda sobreviva em muitos jardins como ornamental, a arte complicada da extração da fibra e indústria da fabricação destes chapéus já se perdeu no Brasil, embora ativa e lucrativa no Peru. A outra planta introduzida na época veio da Malásia e foi a palmeira trepadeira Ratang (*Calamus ratang*) que fornece na casca dos caules a palha extremamente resistente usada para assentos de cadeiras e os próprios caules, depois de descascados, servem para a fabricação de cestos, berços e móveis de vime muito elásticos e resistentes. Também neste caso, a indústria se extinguiu por falta de suficiente suprimento, pois as plantações feitas dentro da mata exigem longos anos, antes de iniciar a produção.

A importação de plantas exóticas nem sempre foi obra planejada e organizada pelos homens do governo. Já muito antes da chegada de Dom João VI ao Brasil, ocorreu a importação fortuita de certas plantas da Índia e da Oceania,

cujas sementes ou tubérculos viajaram como passageiros clandestinos embutidas na areia de lastro das caravelas que fizeram a rota entre a Europa e a Índia. Esta rota transatlântica tinha como ponto de reabastecimento e reparo dos navios obrigatoriamente algum porto ou uma praia deserta do litoral. Nestes pontos desembarcava-se toda a carga, aliviando-se o navio através do despejo da areia de lastro e, depois, arrastava-se o navio meio tombado para águas rasas e trocava-se o madeirante podre ou trincado do bojo antes de iniciar a travessia do Atlântico na viagem de regresso. Nesta operação de troca de areia de lastro, chegaram às praias brasileiras também sementes de Chapéu de sol (*Terminalia catappa*), da Nogueira de Iguape (*Aleurites molucana*), do Pandâno (*Pandanus utilis*), do Algodoeiro da praia (*Hibiscus tiliaceus*), da *Cordiline terminalis* que veio de Java, e também chegou a Tiririca, praga molesta dos jardins.

Toda potência econômica do Brasil, naquela época, residia em sua produção de ouro, já bastante reduzida, e na produção de açúcar que se achava em declínio por causa da degeneração da antiga variedade de cana cultivada a séculos no Brasil. Com notável perspicácia, percebeu-se a possibilidade de grandes rendimentos pela exportação do café e iniciou-se o plantio em grande escala nos arredores da cidade do Rio de Janeiro.

No ano de 1809, Dom João VI revidou a ocupação de Portugal pelos franceses por uma invasão da Guiana Francesa. Em apenas dois dias de lutas, os soldados portugueses desembarcados em Caiena tomaram as posições francesas e ocuparam a capital da colônia. A ocupação da Caiena teve conseqüências importantes para a agricultura e horticultura do Brasil, pois ali se achava um jardim de aclimação de espécies exóticas tropicais dos franceses que forneceu em seguida as primeiras mudas da produtiva raça de Cana de Açúcar "Caiana" que substituiu em pouco tempo a raça decadente cultivada no Brasil e permitiu um surto de grande prosperidade, pelo aumento da produção exportável.

Como despojos de guerra chegaram ao Brasil, procedente da Guiana, as seguintes espécies de árvores frutíferas: abacateiro (*Persea gratissima*), Litchieiros (*Nephelium litchi*), Caramboleira (*Averrhoa carambola*), Jambuí (*Eugenia malaccensis*), Jaqueiras (*Artocarpus integra*), Fruta-pão (*Artocarpus incisa*), Tamarindeiro (*Tamarindus indica*), e Noz moscada (*Mystica fragans*). A respeito das últimas duas, é interessante trazer a público alguns comentários.

A Dilênia é uma árvore frondosa tropical que produz uma flor branca e perfumada de vinte centímetros de diâmetro que é formado por camadas superpostas espessas dos cálices florais. Estes têm aroma e gosto semelhante à maçã e podem ser aproveitados para preparo de doces e geléias, depois de

amaciados pela fervura. Introduzindo na flor aberta desta árvore uma moeda de prata, ao murchar a flor, fica esta moeda encerrada no centro do fruto, junto às sementes, fortemente abraçada e totalmente envolvida pelos cálices grossos e fibrosos que formam o fruto. Alguns espertalhões no Rio de Janeiro descobriram esta mágica e passaram a fabricar frutos com "pacotões" de 860 Reis em prata de lei encerrados. Estes frutos eram colhidos verdolengos e enviados por navios ingleses para a Europa e endereçados a certos agentes de imigração na Alemanha que funcionavam, angariando imigrantes para o Brasil.

Lá não foi difícil passar “o conto da árvore das patacas” e vender a preço alto as sementes contidas no centro do fruto que produzia moedas de prata. Até hoje existem em Joinville e na vizinhança da Colônia Leopoldina no Espírito Santo, ambos fundados por imigrantes alemães, descendentes destas árvores que chegaram na algibeira de imigrantes ludibriados, onde vários exemplares se desenvolveram e frutificaram regularmente, durante cerca de quarenta anos. Infelizmente, ninguém jamais pensou em replantar algumas sementes para perpetuar esta valiosa espécie originária das Ilhas Molucas. Todos os frutos produzidos no Jardim Botânico foram prontamente colhidos e gastos para condimentação e quando as árvores ficaram velhas e deixaram de produzir, acabou o sonho de o Brasil tornar se exportador de especiarias. Até hoje não se conseguiu reiniciar esta cultura.

É bem conhecida a história da introdução da palmeira Imperial no Brasil (*Roystonea oleracea*). Esta espécie é nativa da Venezuela e da Colômbia e os franceses levaram sementes para um jardim de aclimação de plantas tropicais que tiveram na Ilha de Bourbon, hoje chamada Ilha Mauritius, situada no Oceano Índico, para fins de ornamentação. A tripulação de um navio português, vindo de Goa para o Brasil, foi presa por um navio de guerra francês e conduzida para aquela ilha, onde os marinheiros tiveram que trabalhar no viveiro do jardim de aclimação. Algum tempo depois, navios ingleses assaltaram e ocuparam a ilha, libertando os marinheiros portugueses e facilitaram-lhes a viagem para o Brasil. Permitiram que levassem consigo, algumas caixas de mudas de plantas, frutos de seu trabalho forçado na ilha. Chegando ao Rio de Janeiro, os marinheiros presentearam as mudas trazidas ao príncipe D. João VI e este se entusiasmou com o porte bonito da muda de uma palmeira e fez questão de plantá-la, com suas próprias mãos, em seu Real Horto. Este mesmo exemplar, único no Brasil, existiu até 1972, quando foi fulminado por um raio, com 163 anos de idade, 40 metros de altura e diâmetro na base do tronco de um metro e meio. Deste único exemplar descendem todas as palmeiras imperiais existentes no Brasil. A Palmeira Real (*Roystonea regia*), nativa de Cuba e Puerto Rico, é de porte muito

mais baixo e tronco grosso, intumescido e foi introduzida quase um século mais tarde. Apesar do nome botânico claro e conclusivo da segunda espécie (palmeira Rea) esta denominação foi transferida para a primeira, até em dicionários. É um erro evidente, pois quem a plantou foi, quem na época, era o Príncipe Regente e não rei; quando a palmeira, até 1838 classificada como *Areca oleracea*, floresceu pela primeira vez, o Brasil era governado pelo Imperador Pedro I que, por decreto imperial, franqueou ao público a visita ao Jardim Botânico, o que facilitou a dispersão das sementes e como antes (enquanto funcionava a fábrica de pólvora) a entrada no Horto Real era proibida, o mundo teve a notícia da existência desta palmeira só no tempo do império e ainda se desconhecia no Brasil a Palmeira Real de Cuba, que lá, em sua pátria é chamada Palmeira Real, nome adotado por Humboldt em homenagem ao rei da Espanha. A publicação da descrição botânica da Palmeira Real, data de seu “nascimento” científico, foi feita depois de 1816, na França, só então surgindo a denominação de Palmeira Real, que erroneamente, e somente no Brasil, passou a ser aplicado à legítima muito mais elegante e maior *Roystonea oleracea*.

Na época de ocupação militar da Guiana Francesa, D. João VI contratou um agrônomo francês de nome Paul Germain, que se achava na Guiana, para assumir a técnica para trazer de Caiena, um sortimento de planta ornamentais de grande efeito paisagístico. Nesta ocasião, chegaram ao Brasil mudas de *Acalifa*, várias espécies de *Cassia*, a *Brownea*, diversas formas de *Croton* (*Codiaeum*), a *Datura Rosea* (*Brugmansia versicolor*), a *Dombeia*, diversas variedades de *Piteira* (*Fourcraea*), a *Ixora*, a *Escumilha* (*Lagerstroemia speciosa*), várias formas de *Plumeria*, a *Poinsettia* (*Euphorbia pulcherrima*), o *Flamboiant* (*Poinciana regia*) e a *Ravenala*, os dois últimos provenientes de Madagascar. Além destas, chegou a Pernambuco sem terem merecidas maior difusão para outros Estados.

Mas a influência de espécies ornamentais exóticas não parou nem limitou-se à iniciativa oficial. Influentes membros da corte no Rio de Janeiro, já haviam adquirido terrenos na área da chamada "Cidade Nova", no bairro de São Cristovão e ali construíram seus palacetes dotados de jardins. Muitos portugueses possuíam chácaras nos arredores ou fazendas de café, cultura que rapidamente lhes proporcionou grandes lucros. Toda esta gente, principalmente as mulheres, pressionavam para obter flores para seus jardins. Pediram aos cônsules e embaixadores estrangeiros sementes e mudas e, assim, chegaram até meados do século XIX, os Agapantus e Angélicas, Copos de Leite, Dalias, Dracenas, Balsaminas, Hibiscos, Jasmims, Lírios, Margaridas, Carveiros e Roseiras de muitas variedades.

Nesse período histórico até a independência, podemos registrar dois fatos curiosos na evolução do paisagismo e da jardinagem no Brasil: primeiro a absoluta predominância, tanto de material ornamental como de plantas frutíferas, industriais e florestais, das espécies exóticas introduzidas e o segundo fenômeno, era a escassez numérica de mudas e sementes disponíveis para plantio. Pois não havia agrônomos, jardineiros ou horticultores, nem existiam viveiros, com a exceção dos Hortos Reais existentes em Belém, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, o último incipiente. A rica flora brasileira continuava inexplorada e desconhecida.

Esta situação de absoluta falta de infra-estrutura melhorou um pouco com a vinda de imigrantes portugueses da Ilha da Madeira. Estes foram contratados inicialmente para administrar as fazendas de cana e de café e depois vieram atraídos pelo lucros fáceis obtidos pelo plantio de hortaliças, verduras e cereais. Estes imigrantes madeirenses trouxeram para o Brasil, as primeiras mudas de plantas brasileiras, como: Alamanda, Amaryllis, Begônias, Canna indica, Bougainvilleas, Brunfelsia, Caladium, Petúnias, Portulaca e Sálvia.

A grande arrancada no desenvolvimento da jardinagem e do paisagismo no Brasil ocorreu, quando se fizeram os preparativos do casamento de Dom Pedro I com a arquiduquesa da Áustria. No séquito da noiva, devia chegar ao Brasil uma comissão de naturalistas incumbida de levantar e divulgar os recursos naturais do País nos ramos da mineralogia, zoologia e botânica. Como no Rio de Janeiro não havia ainda jardins públicos, nem mesmo avenidas arborizadas, receavam-se que a noiva tivesse impressão desfavorável do País logo à sua chegada e era necessário, depressa, tratar da urbanização da cidade. Consultou-se a respeito o conde de Langsdorff, embaixador da Rússia no Brasil e pessoa versada em ciências naturais. Este sugeriu a contratação de um arquiteto paisagista da Europa para esse fim. Recomendou um alemão de nome Ludwig Riedel.

Este homem já se achava no Brasil desde 1820, ocupando-se da coleta de herbários para várias instituições científicas da Rússia e da Alemanha. Tinha estudado botânica e paisagismo na França, na Alemanha e na Rússia e foi contratado por D. Pedro I para tornar verde a cidade do Rio de Janeiro. Ele trabalhou nesta tarefa de 1836 até 1860.

Riedel teve dificuldades tremendas e enfrentou problemas inesperados, entre estes, um preconceito enraizado contra a presença de arvoredo nas ruas e perto das residências; acreditava-se que na sombra das árvores se formassem os "miasmas" causadores da maleita, da febre amarela, do sarampo e até das sarnas dos escravos. Fora de algumas praças ajardinadas e poucas aléias arborizadas na

parte velha do Rio de Janeiro era impossível implantar nas ruas estreitas daquela parte, qualquer arborização, mas em direção aos bairros novos de São Cristóvão, Catumbi e Boa Vista havia condições urbanísticas para a arborização das avenidas e formação de jardins públicos.

Foi nesta área que Riedel implantou seu principal viveiro, mais ou menos onde hoje se localiza o Horto Florestal, junto à Quinta da Boa Vista. O próprio Riedel treinou turmas e escravos para os serviços de viveiros e pessoalmente fazia excursões e viagens para coleta de sementes e mudas. Fez experiências com centenas de espécies de árvores e arbustos para verificar suas qualidades e adaptação para plantio em parques, avenidas ou ruas. Quando pediu dispensa do serviço por motivo de doença e idade, Riedel deixou pronta e montada a infra-estrutura do paisagismo urbano e o “know-how” técnico da reprodução e multiplicação de mudas, bem como em estoque de milhares de mudas já formadas em viveiros. Infelizmente seu nome é quase desconhecido nos meios do urbanismo do Brasil, embora reconhecido mundialmente como botânico pioneiro que deixou mais de 7.000 espécies de plantas brasileiras documentadas em herbários existentes em Leningrado, Berlim e no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Eu mesmo vi e examinei, quando estudei no Museu Botânico de Berlim-Dahlem, várias caixas de herbários coletados por Riedel, mas infelizmente, o incêndio daquele Instituto, bombardeado no fim da II Guerra Mundial consumiu estes herbários, juntamente com os meus e de muitos outros.

O sucessor de Ludwig Riedel no cargo de "Diretor dos Passeios Públicos" foi um engenheiro agrônomo francês de nome Auguste François Marie Glaziou, nomeado por Dom Pedro I em 1858. Glaziou aproveitou a infra-estrutura deixada por Riedel para criar a Quinta da Boa Vista, parque até hoje considerado um dos mais bonitos do Brasil. Sua obra foi inaugurada em 1880.

Glaziou marcou um passo importante na história do paisagismo mundial, porque, pela primeira vez - com exceção de alguns parques do Japão - usaram-se árvores floríferas para criar quadros coloridos em sucessivas épocas do ano. O material arbóreo utilizado para esse fim foi principalmente Pau Ferro (*Caesalpinia leiostacha*), Sibipiruna (*C. peltophoroides*), Cassias (*C. ferruginia*, *C. macranthera*, *C. multijuga*, *C. speciosa*), Paineiras (*Chorisia crispiflora* e *C. speciosa*), Erythrinas (*E. speciosa*, *E. verna*), Jacarandás (*J. mimosifolia*, *J. semiserrata*), Mirindiba (*Lafoensia glyptocarpa*), Oitizeiro (*Moquilea tomentosa*), Ibirapuitá (*Peltophorum vogelianum*), Ipês (*Tabebuia heptaphylla*, *T. serratifolia*, *T. vellozoi*), Quaresmeiras (*Tibouchina granulosa*, *T. mutabilis*), e ainda arbustos como Aglaia, Bauhinia, Brunfelsia, Hibiscus, Calliandra, Datura, etc.

Além de talentoso paisagista, Glaziou era também assíduo coletor botânico e descobriu muitas espécies novas, algumas comemorando seu nome para sempre. Pediu demissão do cargo em 1897 e regressou à França, falecendo em Bordeaux.

Os trabalhos de urbanização e de paisagismo realizados no Rio de Janeiro irradiaram seu efeito para todo o território brasileiro. Os governadores dos estados que, com freqüência, tiveram que visitar a Capital, trouxeram a idéia das praças ajardinadas das avenidas arborizadas e dos passeios públicos para as capitais de seus respectivos estados. A prosperidade geral daquela época, aquecida pelas exportações de açúcar, borracha, algodão, fumo e café, proporcionaram o necessário dinheiro nos cofres públicos para as obras de urbanização, e também para estimular fazendeiros, comerciantes e proprietários de chácaras urbanas, a formar jardins particulares. Infelizmente, nem sempre se observou estilo coerente e bom gosto nestas iniciativas feitas sem projeto e, muitas vezes, seguindo conselhos de vários amigos ou curiosos. Assim até hoje sobrevivem alguns exemplos desastrosos de chafarizes com ridículas figuras alegóricas e arbustos tosados em forma de bichos. Também se cometeram erros técnicos e agronômicos, como por exemplo o plântio de Coqueiros ou Jaqueiras em praças públicas, a arborização de ruas com Flamboyant ou outras espécies com raizame demolidor, e o uso do Pinhão do Paraguai como sebe viva em parques, trazendo o perigo de intoxicação à população.

Do conjunto de erros cometidos, nesta época, nasceu uma certa desilusão a respeito da vantagem da arborização urbana, fazendo reviver a antiga superstição dos "miasmas" maléficos. Houve casos de agitação popular dendroclastra em épocas de grandes epidemias.

Até hoje mereceu pouca atenção o papel negativo exercido pelo advento do telégrafo, da eletrificação, dos telefones e das instalações de redes de água potável e de esgotos. As companhias de força elétrica, para proteção de suas redes de fios, arrasaram a arborização de muitas ruas, usando o argumento do progresso e silenciando a importância da estética e da ecologia. Outro fator negativo do paisagismo em geral, até na presente atualidade, é a preponderância do automóvel, gerando uma incondicional dependência do homem moderno deste veículo. A substituição do tráfego ferroviário e do transporte marítimo e fluvial pelo tráfego rodoviário teve como conseqüência o alargamento dos leitos das ruas, arrasando fileiras quilométricas da arborização urbana já implantada e ainda, reduzindo a largura dos passeios de maneira e não comportarem mais o replante de quaisquer arvoredos. A conseqüência da mania do automóvel é o uso geral do asfalto, substituindo o calçamento de paralelepípedos; o asfalto

impermeabiliza a superfície do solo e impede a penetração das chuvas e do oxigênio na terra e esturrica e asfixia o raizame do arvoredo que for plantado. A imensidade das áreas urbanas cobertas por cimento criou o problema das enchentes e inundações nas ruas e obriga as prefeituras a executar obras caríssimas de galerias subterrâneas cujo despejo súbito nos córregos e rios provoca enchentes. A água, que antigamente era absorvida pelos jardins, os quintais, as faixas de grama ao longo das guias e pelas frestas do calçamento, agora derrama, a jorro, nas bocas de lobo e, em casos de chuvas torrenciais, estoura as galerias.

Quando a prefeitura resolve arborizar uma rua, até o plantio é problemático por causa das múltiplas redes subterrâneas que trespassam o passeio. Tubos de água, esgotos, de telefones, galerias de água pluviais não deixam espaço para a abertura das covas de plantio e a dureza do subsolo compactado com pesadíssimas máquinas impede a penetração das raízes além da cova. Em consequência, as árvores, onde foram plantadas, ficam mirradas, anãs raquíticas e duram poucos anos até agonizar.

Nem mesmo o espaço aéreo é livre para as copas das árvores, pois os fios de força e luz, da sinalização do tráfego, dos telefones, dos tróleibus, os mastros da iluminação pública e os letreiros de propaganda são símbolos do progresso. Poucas pessoas pensam nestes problemas, a maioria os ignora.

No entanto, observamos aos sábados e à véspera de dias feriados, setenta vezes por ano, um verdadeiro êxodo da população urbana para fora da cidade - viajando de automóvel, naturalmente. Uma fuga em massa do povo em busca do verde.

Em minha opinião, a solução mais viável do dilema urbano seria a criação de vários núcleos centrais exclusivos para pedestres. Até um quilômetro de diâmetro. Interligação destes centros com metrô, trens elétricos e tróleibus. Formação de cunhas verdes nos bairros suburbanos, impondo construções de, no máximo, dois pavimentos e isolados por jardins dos quatro lados, com proibição de pisos ou impermeabilização da terra e obrigatoriedade de plantio de vegetação.

Morando em casa com jardim, cessa a ânsia da fuga para o verde e, tendo metrô, tróleibus ou trem elétrico no bairro, cessa a dependência do automóvel. Como aconteceu em Londres, por exemplo.

Falei até aqui, principalmente dos jardins públicos e do paisagismo urbano porque, historicamente, antecedeu a jardinagem particular ou domiciliar.

Os primeiros jardins particulares foram criados na época do Império, por pessoas ricas, e destinavam-se principalmente para fins representativos,

demonstrando o luxo e a suntuosidade dos proprietários. Estes jardins eram em sua maioria, do tipo formal, com caminhos em malha geométrica, sebes vivas toçadas, arvoredo de espécies raras e curiosas, flores exóticas, povoados por araras, pavões e pombos ornamentais, arapongas e micos. Podemos ver até hoje alguns sobreviventes em decadência em cidades como Vassouras e Campinas.

A ruína destes jardins iniciou-se com a libertação dos escravos necessários à sua manutenção e completou-se na depressão econômica de 1929/30. Desta época em diante, em geral, a área dos jardins urbanos sofreu grande redução, devido à escassez e ao custo de mão-de-obra para sua manutenção e devido à valorização dos terrenos. Os jardins deixaram de serem peças para demonstração de riqueza e passaram a servir de bem-estar dos proprietários. Começou a era em que se plantavam coleções de Roseiras, canteiros de Craveiros ou de Tinhorões; havia um caramanchão envolvido por trepadeiras, um ripado com Orquídeas ou um terraço com Samambaia de Metro.

A crescente redução da área dos jardins particulares, forçada ainda pela necessidade de construir uma garagem e abrir um acesso largo para o carro, forçou a abolição de árvores com copa e das sebes de Cipreste, *Ficus benjamina*, Buxo e Jasmim, substituindo-as por espécies de porte ereto ou copa colunar, como Callistemon, Cordilyne, Croton, Dracena, Hibiscus, Melaleuca, Murraya, Poliscias, Palmeiras, Schefflera, Strelitzia, Thuja e Yucca, todas espécies exóticas.

Voltando à evolução do paisagismo na época do Império, vale a pena registrar o surgimento dos primeiros viveiros de plantas e mudas no Brasil. O estabelecimento mais antigo de floricultor que se consegue identificar foi fundado por um profissional francês de nome Pierre-Marie Binot, contratado pelo Imperador D. Pedro I, para implantar o jardim do palácio de verão em Petrópolis. Executando o trabalho a contento do Imperador e, sabendo que o francês tinha a intenção de se radicar em Petrópolis, este lhe deu seis escravos como incentivo à fixação deste profissional no Brasil. Binot adquiriu uma chácara no bairro do Retiro e seu filho intensificou o negócio de mudas, mediante repetidas viagens à Europa. Levava mudas e sementes de plantas nativas do Brasil, vendendo-as como novidades na Bélgica e na França; retornava ao Brasil, trazendo mudas e sementes de espécies exóticas que vendia com lucro à sua clientela em Petrópolis e no Rio. O homem fez 67 viagens e prosperou nesse negócio. Até hoje existe o estabelecimento, com uma respeitável cultura de orquídeas.

Outro exemplo de floricultor bem sucedido daquele tempo é o de um alemão de nome Adolfo Lietze que veio para o Brasil em 1860 e, após uma fracassada tentativa de agricultura em Santa Catarina, foi para o Rio de Janeiro à procura de trabalho. Pediu ajuda ao velho Riedel, que já estava aposentado, mas

que o recomendou à Glaziou. Este o contratou como botânico viajante, para a coleta de herbários, mudas e sementes para o Museu Nacional. Nesta qualidade, Lietze percorreu, durante anos, os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo. Aficcionou-se na coleta de aráceas dos gêneros Caladium e Xanthosoma, das quais juntou uma larga coleção de espécies e variedades em sua chácara, situada num morro íngreme do bairro de Cascadura. Lietze tinha aprendido com o naturalista alemão Dr. Fritz Mueller, professor em Florianópolis, o singular e complicado mecanismo da polinização das flores das Araceas e, aplicando este conhecimento, conseguiu criar sementes híbridas em sua coleção destas plantas. Fazendo a seleção das melhores variedades, ele obteve até 1903, quando faleceu, mais de 600 variedades de Tinhorões passando a exportar os bulbos para a Europa, em grande escala. Lietze foi o maior produtor de Tinhorões do mundo e, até hoje se cultivam na Europa, cerca de 60 variedades por ele criadas. Infelizmente, seus filhos e netos não conseguiram perpetuar o negócio por duas razões: primeiro, a guerra de 1914/18, impediu as exportações e, depois, eles não conseguiram executar as formalidades burocráticas, cada vez mais complicadas, para a exportação de plantas vivas, uma vez que sua presença no viveiro precisa ser permanente para garantir a produção.

Este dilema, aliás, persiste até hoje e é um entrave sério para os pequenos viveiristas produtores. Sem a organização de uma cooperativa que assuma a comercialização e exportação, da produção, o pequeno viveirista produtor não consegue vender suas plantas a preço compensador.

No entanto, o exemplo da Holanda prova que existe campo amplo e economicamente próspero para a produção e o Brasil possui clima e solos que permitem uma produção por custos muito mais baixos que seriam necessários para a produção em países de clima frio.

Na presente época, os viveiristas produtores se dedicam mais à produção de mudas de rápido ciclo, de vegetação, como folhagens, samambaias e plantas para floreiras e a produção de árvores e arbustos é cada vez mais restrita. A causa é que as mudas lenhosas exigem tratos por vários anos para chegar ao tamanho vendável, e exigem mais espaço no viveiro e mais mão-de-obra e ainda, porque a clientela para este tipo de mudas, que são os proprietários de jardins espaçosos, é cada vez mais numerosa.

O próprio, viveirista que hoje pretende criar mudas de árvores brasileiras, tem as maiores dificuldades de conseguir sementes ou mudas para iniciar esta cultura. Os hortos florestais, por ordem superior, só produzem sementes de Eucalyptus e Pinus, espécies exóticas plantadas em reflorestamentos para a produção de papel, de carvão e, ultimamente também de metila. Os hortos

florestais que antigamente mantinham arboretos com grande sortimento de espécies brasileiras e regionais para fins de estudo, observação e conservação de material de matrizes, descuidaram deste valioso acervo e não mais colhem sementes para distribuição a preços acessíveis. As casas de sementes por outro lado, não se interessam na venda deste tipo de sementes, que tem clientela restrita. Estamos, assim, correndo iminente perigo de se perder um patrimônio insubstituível, pois muitas espécies se encontram em perigo de total extinção.

Quanto à produção de plantas herbáceas floríferas, a cultura depende totalmente de sementes híbridas importadas. Esta situação dificilmente poderá mudar no futuro, porque o adiantamento técnico alcançado nos países produtores, principalmente na Holanda, na Alemanha, França e Suíça, já não permite mais a competição, mesmo porque não dispomos, nem de material genético testado, nem de “know-how” nestas superespecialidades da genética.

Um campo que oferece as maiores possibilidades econômicas seria o trabalho da seleção clonal de árvores, arbustos e plantas herbáceas, brasileiras e exóticas que, em plantações extensas, demonstram qualidades excepcionais de desempenho. Toda a técnica florestal da Europa, hoje, acha-se baseada no plantio de clones, eficientes quanto à produtividade, rapidez de crescimento e robustez. Como no Brasil possuímos a grande vantagem do clima tropical e subtropical e ainda dispomos de um pequeno resto de matas sobreviventes que podem nos dar as matrizes para esta tarefa de seleção; também, há condições para não somente abastecer a própria indústria consumidora, como ainda, exportar excedentes sem concorrência possível. Esta oportunidade também é válida para material paisagístico e ornamental, ora pouco em evidência. Baseio-me nesta opinião, no fato de que a pequena Holanda, conseguiu e consegue sobreviver com grande vantagem, pelo rendimento de suas exportações de plantas, sementes, bulbos e produtos hortícolas. No material exportado pela Holanda, entra, pelo menos, dez por cento de espécies nativas do Brasil, entre outras exóticas aqui cultivadas. A crise energética encarece a produção destas plantas nos países de clima frio e sua produção, só em razão disto, aqui seria muito mais econômico. Como exemplo, cito a produção de flores de orquídeas do Hawaí, exportada para os Estados Unidos, que suplantou praticamente todos os extensos cultivos de orquídeas nos Estados Unidos continentais, desde o início da crise do petróleo.